

Contribuição para a dialética da volubilidade

Sergio Paulo Rouanet

A publicação de *Um mestre na periferia do capitalismo* vem atender a uma expectativa que durava há treze anos. Desde que Roberto Schwarz lançou *Ao vencedor as batatas*, o público brasileiro e um número crescente de especialistas nos Estados Unidos e na Europa aguardavam com ansiedade a continuação do estudo do crítico paulista sobre Machado de Assis.

Agora a curiosidade foi satisfeita. Não há dúvida: valeu a pena esperar. Dizer que o livro é dos mais importantes jamais escritos no Brasil e no exterior sobre Machado é certamente dizer pouco. Somente um certo pudor machadiano pode obrigar-nos a evitar a hipérbole. Mas como esse é também o estilo de Schwarz, fuçamos à ênfase, e digamos apenas que *Um mestre na periferia do capitalismo* é desde já um marco fundamental na crítica brasileira.

Mesmo se deixarmos de lado o conteúdo da interpretação, o livro seduz pelo deslumbramento do estilo. Schwarz é um dos ensaístas que melhor escrevem no Brasil de hoje. Flaubertiano na lentidão quase maníaca com que compõe seus livros, ele é flaubertiano também na perfeição literária dos seus textos. *Écriture artiste* é com certeza um dos menores cuidados de Schwarz, e no entanto é esse exatamente o resultado que ele alcança.

É possível que esse resultado se deva à própria intimidade, tão longa, com o mais impecável dos nossos estilistas. Há algo de machadiano na sobriedade de sua prosa, em sua ironia e até no sabor ligeiramente arcaico de algumas palavras. Há seguramente qualquer coisa de mimético no uso de um termo como “irreprochável”⁽¹⁾ – não sei se intencionalmente –, talvez um piscar de olhos para o leitor que sabe que Machado teve uma vez que defender o uso de “reproche”, mostrando com exemplos dos clássicos que não se tratava de um galicismo.

Mas creio que se Schwarz escreve tão bem, isso tem uma explicação mais geral: ele não é apenas leitor de Machado, mas também de Proust, Mann, Joyce e Musil. É um hábito quase escandaloso entre nós. Em geral, o crítico literário brasileiro lê muita crítica e pouca literatura. De tanto frequentar Todorov e Kristeva, sua escrita (perdão, escritura) tem um aspecto decididamente búlgaro. Todos leram o que Barthes escreveu sobre *Sarrasine* e Bakhtin sobre Pantagruel, mas quantos têm o hábito de ler regularmente Balzac e Rabelais?

Schwarz defende em seu livro duas teses interligadas, uma de caráter sociológico e outra de caráter estético. A primeira tem a ver com as características estruturais do Brasil no século XIX, e a segunda com a obra de Machado enquanto efeito e crítica dessa especificidade estrutural. As duas teses se sustentam mutuamente. A investigação literária de Machado vai ser orientada pela concepção sociológica, que fornece as perguntas que Schwarz fará ao romancista. Por sua vez, as respostas obtidas através dessa investigação ajudam nosso crítico a enriquecer sua análise sociológica.

A tese sociológica vem sendo defendida há anos por Roberto Schwarz em numerosos

SERGIO PAULO ROUANET é Secretário Nacional de Cultura e ex-embaixador do Brasil na Dinamarca. É ensaísta e autor de, entre outros, *As razões do Iluminismo* (Companhia das Letras).

Um mestre na periferia do capitalismo, Roberto Schwarz, São Paulo, Duas Cidades, 227 pp.

¹ Roberto Schwarz, *Um mestre na periferia do capitalismo*, São Paulo, Duas Cidades, 1990, p. 137.

ensaios. Em sua expressão mais simples, ela postula a existência de um desajuste de princípio entre as relações sociais brasileiras no século passado e as idéias e instituições importadas da Europa. O desajuste não resultou da falta de autenticidade de nossas elites culturais, mas das circunstâncias objetivas nas quais o país acedeu à independência.

O Brasil se tornou autônomo sem que mudasse a base econômica colonial. Conseqüentemente, passaram a coexistir estruturas sociais “atrasadas”, baseadas no trabalho escravo e no clientelismo, com formas ideológicas e institucionais “modernas”, de cunho iluminista e liberal (parlamentarismo, direitos humanos). Essas formas contradiziam aquelas estruturas, mas eram indispensáveis para a organização do novo Estado e para a legitimação das classes dominantes. Estas se viam e queriam ser vistas como modernas, por mais que derivassem sua existência de relações sociais arcaicas. Essa pretensão era portanto risível, mas de certo ângulo justificável, porque o “atraso” brasileiro inseria o país numa divisão capitalista do trabalho, de recorte perfeitamente moderno. Desse modo, as idéias “adiantadas”, e em primeira instância o liberalismo, eram ao mesmo tempo irrelevantes e necessárias, idéias fora do lugar e idéias que em seu deslocamento mesmo passaram a funcionar segundo uma gravitação que correspondia às exigências do patriarcado local.

Em conseqüência, a “norma” burguesa, que postulava a igualdade de todos os homens, era ao mesmo tempo prestigiada e transgredida. À luz da norma, a realidade brasileira é vexatória; mas à luz dessa realidade, a norma burguesa é abstrata. Arma-se desse modo uma comédia ideológica que vai dominar toda nossa vida cultural, das origens até a atualidade, fundada na ambivalência de uma formação social em que o progresso é impensável e o atraso é uma vergonha.

Na prática, as elites locais conviviam perfeitamente com a contradição, pois se beneficiavam de ambos os pólos, fruindo igualmente das aparências modernas e das infrações à modernidade burguesa. É o padrão da “volubilidade”, na excelente terminologia de Schwarz – a regra do capricho, da veleidade, pela qual a classe dominante invoca a norma e a descumpra, comporta-se, segundo sua conveniência, segundo a ética burguesa ou a patriarcal, denuncia, à luz da norma moderna, as relações sociais das quais depende, ou desqualifica, à luz da realidade local, as idéias européias das quais retira sua auto-estima.

A tese estética se articula nessa análise. Schwarz afirma que Machado de Assis compreendeu como nenhum outro escritor esse mecanismo e o transformou em princípio estruturador de sua obra de maturidade.

Essa compreensão foi o resultado de um aprendizado. Na primeira fase, Machado só se dava conta de parte do problema. Seu tema é o Brasil patriarcal, a família, o mundo do clientelismo e do favor, e a feição crítica do romancista se manifesta apenas na tomada de posição a favor dos dependentes, vítimas do arbítrio dos proprietários. O mundo moderno só existe em filigrana, como pano de fundo, e não em seu entrelaçamento com o Brasil tradicional.

Na segunda fase, que começa com *Memórias póstumas* e inclui os outros quatro romances posteriores, muda o ponto de vista. Antes, Machado assumia a perspectiva de uma figura feminina condenada à subserviência ou a só poder ascender pela cooptação, através do casamento desigual: Guiomar, Helena, Estela. No máximo, o autor tentava impor alguns limites ao arbítrio dos proprietários. Agora, não se trata mais de civilizar o capricho mas de mostrá-lo em toda sua extensão, como regra ordenadora da vida brasileira. O mundo moderno passa a cruzar-se com o patriarcal, este arcaico, mas precisando de legitimação moderna, aquele denunciando a vida nacional, mas acanalhado pelo contato com a terra e transformando-se de algum modo em cor local.

Presente em todos os livros da segunda fase, esse esquema é especialmente visível em *Memórias póstumas*. Aqui o ponto de vista não é mais o do agregado, mas o da classe dominante. Através de Brás Cubas, os proprietários se expõem em toda sua prepotência, na forma irônica da confissão. Machado se apropria da figura do adversário de classe para deixá-lo mal, obrigando-o a fazer contra si mesmo, na primeira pessoa, acusações que um romance realista exprimiria na terceira pessoa. Em vez de defender os dependentes, Machado denuncia os proprietários, documentando pela técnica do autodesnudamento todas as críticas que os primeiros poderiam fazer aos segundos, seja na perspectiva da obrigação paternalista, que as elites descumprem, seja na perspectiva da norma burguesa, que elas ignoram. Em suma, o esquema “social” do arbítrio converte-se em dispositivo “literário”, e incorporado ao livro funciona seja como forma, seja como conteúdo.

Do primeiro ponto de vista, o arbítrio é transposto para dentro da prosa. O dispositivo formal capta e estiliza a estrutura do país. Esta também pode ser considerada uma forma, produzida pela história. Escrevendo seu livro, o escritor sobrepõe uma forma a outra forma, a volubilidade como técnica transforma-se na mimese da volubilidade como estrutura social.

A volubilidade social entra na forma antes de mais nada pela escolha da técnica narrativa – a narração na primeira pessoa. O narrador agride o leitor, descompondo-o. Viola todas as normas, das literárias até as da boa educação. Ele não permanece igual a si mesmo por mais de um parágrafo, mudando de assunto, opinião ou estilo quase a cada frase. Ele vai do estilo comercial ao bíblico, do épico ao intimista, do neoclássico ao naturalista, recorre ao aforisma, ao chavão, à charada. O narrador se desidentifica de cada uma dessas posições à medida que as vai percorrendo, e cada mudança é acompanhada por uma sensação de superioridade, de supremacia, na medida em que o narrador se atribui o mérito de mostrar o vazio da posição abandonada. O efeito visado é um só, a satisfação da veleidade. Porta-voz de uma classe para a qual a cultura europeia é objeto de consumo suntuário, o narrador dispõe sobre todo o saber e toda a literatura mundial. Foi para sua fruição, deleite e ostentação que se formou a cultura ocidental. Foi para benefício dele que a Ilustração dessacralizou o mundo e codificou a ciência numa Enciclopédia, cujos tomos Brás Cubas folheia e que ele põe de lado, um a um. Nos primeiros oito capítulos, ele cita mais de trinta homens ilustres, o delírio vai da origem dos tempos à consumação dos séculos: não há limites ao raio de ação da volubilidade narrativa.

A estrutura da volubilidade explica as principais características da prosa. O fio da narrativa é constantemente interrompido. O enredo se segmenta pelo apólogo, pela anedota, pela reflexão abstrata. Por outro lado, a especulação pretensamente filosófica é cortada pela notação local e pela retomada do fluxo narrativo. O revezamento das posições se dá através da técnica da interrupção. A descrição local não prossegue, a reflexão universalista não tem fôlego. Onde parecia reinar a liberdade de um sujeito reina o capricho, que é a negação da verdadeira subjetividade e aprisiona o narrador em seus determinismos. O movimento deste último é propriamente interminável, porque não há enfrentamento, mas rodízio de posições, e por consequência não há avanço e sim substituição constante. A conversa miúda e as grandes abstrações se alternam, a primeira cortando as asas das segundas, e estas subordinando o real a esquemas que o petrificam. O pormenor cotidiano perde sua função realista e o comentário sua função crítica. Em lugar da realidade, a anedota inconseqüente, em lugar da especulação filosófica, o epigrama, a frase feita, a citação prestigiosa. A brevidade dos capítulos tem função imitativa. Ela sugere a incapacidade para esforços longos, e isso nos faz rir. Mas os esforços longos também nos fazem rir, porque os vãos curtos da inteligência local, tão bem retratados pelo narrador, proporcionam ao menos alguma satisfação, ainda que imaginária. O alcance desses dois risos é grande. Rimos nada menos que das conquistas da civilização europeia.

A volubilidade está também presente no conteúdo do livro, e não só na forma. O conteúdo descreve a essência desse mecanismo, o deslocamento das idéias. Para a classe dirigente brasileira a cultura europeia é ao mesmo tempo indispensável como brasão de modernidade e descartável enquanto simples ornamento, o que tornava intercambiáveis o romantismo, o realismo, o naturalismo, o materialismo, o espiritualismo – meras frivolidades e aparências socialmente necessárias. Em *Memórias póstumas*, as idéias funcionam como se fossem elementos materiais do enredo, e estão sujeitas ao esquema básico da volubilidade. É o que acontece com o darwinismo, satirizado na filosofia de Quincas Borba, o Humanismo. A frase “Ao vencedor, as batatas” é naturalmente a versão apalçada da fórmula de Spencer sobre a sobrevivência dos mais aptos. Enquanto nos Estados Unidos essa fórmula correspondia perfeitamente ao espírito competitivo que acompanhou o desenvolvimento do capitalismo, no Brasil escravista a fórmula estava como sempre deslocada e como sempre foi funcional, pois dava uma justificativa ilustrada para a indiferença dos ricos por seus dependentes, legitimava a exploração e atestava a modernidade dos personagens que a usavam. Através de Darwin, é toda a ciência universal que cai sob a jurisdição da volubilidade, o que fica perfeitamente claro no modo zombeteiro com que o darwinismo aparece em *Memórias póstumas*: fonte de prestígio e objeto de ridículo.

Embora Schwarz não use esse exemplo exatamente no mesmo sentido, podemos aplicar a mesma análise a um capítulo da cultura europeia especialmente valorizado por

Machado, a psicologia francesa do *grand siècle*. La Bruyère, La Rochefoucault e em parte Pascal fundaram uma antropologia que desvendava no interesse material e no amor próprio os móveis fundamentais do homem. Brás multiplica teorias grotescas com as quais parodia e satiriza esses grandes moralistas. De modos variados, a teoria do momento oportuno, das botinas apertadas, das reedições humanas, da equivalência das janelas, da ponta do nariz, podem ser vistas como versões caricatas da psicologia desabusada que na Europa seiscentista enxergava invariavelmente o egoísmo atrás dos gestos sublimes. Em suma, ciência e filosofia entram no Brasil pela via da apropriação oligárquica e portanto passam a gravitar numa órbita própria, determinada pelo deslocamento e pela funcionalidade do deslocamento.

O esquema da volubilidade entra na biografia e no caráter dos personagens, e em primeira instância no de Brás Cubas. O narrador se sabe caprichoso e começa por situar

**Na perspectiva do Brasil
escravagista, o trabalho tem
sinal negativo, porque é
atividade servil. O que não
impede que Brás despreze
também os que não trabalham,
como Quincas Borba, reduzido
à mendicância, e cuja
ociosidade seu antigo
companheiro de escola reprova**

as razões do seu temperamento, numa busca de correlações causais que por sua vez é um capricho entre outros e o deboche – mais um – da teoria do condicionamento pelo meio. De onde vem a volubilidade de Brás? Vem dos defeitos de sua educação, de sua mãe omissa, do seu pai indulgente – ah brejeiro! ah brejeiro! –, dos maus exemplos do tio João – cruz, diabo! esse sinhô João é o diabo! –, do tio cônego, austero de costumes mas preocupado apenas com as exterioridades da Igreja. O meio familiar não impõe limites à prepotência do menino, que quebra a cabeça de escravos e cavalga moleques, e nisso a família funciona como a instância primária de socialização para o arbítrio. “Vulgaridade de caracteres, amor das aparências rutilantes, do arrufado, frouxidão da vontade, domínio do capricho, e o mais. Dessa terra e desse estrume é que

nasceu essa flor.”⁽²⁾ Toda a biografia de Brás é marcada pela estrutura da volubilidade. Quer alcançar um grande nome pelos estudos e limita-se, na Europa, a fazer liberalismo teórico e romantismo prático. Conhecendo Eugênia, tem a tentação de viver um amor romântico e acaba escolhendo a via do realismo. Quer fugir com Virgília e se acomoda num adultério doméstico, com uma casa na Gamboa. Quer fazer política e manifesta num discurso sobre a barretina do uniforme da guarda nacional seu talento de orador e seu interesse pela coisa pública. Quer ser filantropo e empresário e as duas veleidades morrem quando um golpe de ar mata o inventor do emplastro, que traria a Brás o reconhecimento dos homens e a fortuna. A ciência, o amor, a política são frivolidades entre outras. Idéias românticas, liberais e científicas são apropriadas e logo abandonadas.

O romance realista veria nesse malogro uma frustração imposta pela sociedade às potencialidades do indivíduo. Mas Brás não é nem Lucien de Rubempré nem Julien Sorel. Ele é simplesmente o sócio de um sistema de dominação que ganha nos dois tabuleiros. Ele ganha quando crê no romantismo e ganha quando o rejeita. Não se torna nem cientista nem homem de Estado, mas é um personagem para quem a ciência e a política são símbolos de prestígio, garantias de modernidade e portanto ao mesmo tempo ornatos fúteis e passatempos sérios, dotados de uma rigorosa funcionalidade de classe. A volubilidade biográfica de Brás exprime com perfeição o comportamento social de uma elite que se delicia com a vida moderna sem abrir mão dos benefícios da abjeção. É uma biografia que termina no nada, mas esse nada não é coisa nenhuma. Ele representa a pressão ao mesmo tempo real e inócua da cultura estrangeira, a resultante zero de um sistema de forças em que a norma moderna vale e não vale. Esse nada é voluptuoso – a famosa voluptuosidade do Nada. Volúpia composta de duas formas de não-ser, prazerosas ambas, a de uma realidade brasileira cujo direito a existir é contestado pelo igualitarismo moderno e de um igualitarismo cuja validade é posta em xeque pela realidade brasileira.

O padrão do arbítrio se manifesta em sua forma pura na relação de Brás Cubas com seus inferiores. É o caso do moleque Prudêncio, que Brás espancara quando criança. Crueldade condenável à luz da ética universalista, mas de que Brás pode desculpar-se

² Machado de Assis, *Memórias póstumas de Brás Cubas*, in *Obra completa*, Rio de Janeiro, Aguilar, 1979, vol. I, p. 528.

recorrendo à estratégia, também universalista, de invocar a maldade abstrata da natureza humana. A prova é dada pelo próprio Prudêncio, que depois de alforriado ganha dinheiro suficiente para comprar por sua vez um escravo, em quem se vingam das pancadas recebidas. Mas para o narrador volúvel o universalismo não pode ser a última palavra. Ele se recorda do louco Romualdo, que se julgava o rei dos tártaros, porque de tanto tomar tártaro tinha virado tártaro. Com esse apólogo, Brás admite que a maldade de Prudêncio nada tem de universal: ela era filha das pancadas recebidas, como a condição tártara de Romualdo era filha do tártaro ingerido, e portanto era uma maldade historicamente especificada, solidária de um modo de produção baseado no trabalho escravo. A nota local desfaz o alibi universalista, e de novo expõe Brás à reprovação moral, mas agora ele pode ser salvo pela própria nota local: à luz da realidade brasileira, o comportamento de Brás era tão pouco censurável como o de Prudêncio, porque ele derivava necessariamente de um certo padrão de relações sociais à luz do qual é a moralidade universalista que se revela anêmica e exótica.

O capricho domina também a relação de Brás Cubas com as pessoas livres e pobres. É o mundo dos que vivem do trabalho assalariado, como o velho mestre-escola de Brás, que o memorialista trata com desdém. Na perspectiva do Brasil escravista, o trabalho tem sinal negativo, porque é atividade servil. O que não impede que Brás despreze também os que não trabalham, como Quincas Borba, reduzido à mendicância, e cuja ociosidade seu antigo companheiro de escola reprova. De novo, coexistem os dois registros, o oligárquico, pelo qual o narrador despreza o trabalho, e o burguês, pelo qual ele condena a preguiça. E é também o mundo dos agregados e dependentes, como D. Plácida. Ela trabalha para ganhar dinheiro – faz doces, costura, ensina às crianças. É a esfera do trabalho livre. Mas como esses esforços não bastam, ela se agrega a uma família de poses – é a esfera clientelística. Brás não tem nenhuma estima pelo trabalho de D. Plácida, que ele vê com olhos de oligarca, e a menospreza enquanto burguês, pois ela é obrigada a humilhar-se diante do protetor, transformando-se em alcoviteira. Brás passa de um registro a outro, impávido, desdenhando o esforço e condenando a subserviência, beneficiando-se dos dois. Com sinal contrário, a mesma oscilação ocorre do ponto de vista de D. Plácida, que perde nos dois registros, não se beneficiando nem da dignidade inerente ao trabalho honrado, segundo a ética burguesa, nem do ócio que o escravismo dava aos não-escravos.

Mas é Eugênia a verdadeira alegoria da classe intermediária brasileira. Ela é livre e pobre, titular de direitos universais e marginalizada pelo Brasil dos proprietários. Conseqüentemente, Brás a vê como igual, apesar da desigualdade das fortunas, e se dispõe a casar com ela; e como inferior, e pensa em seduzi-la, aproveitando-se de sua posição elevada. Esse duplo movimento se verifica também, correlativamente, do lado de Eugênia. No início do episódio ela aparece vestida com simplicidade, sem jóias, e com isso ao mesmo tempo se admite inferior, mostrando conhecer seu lugar, e igual em direitos a Brás Cubas, afirmando, além dos emblemas exteriores, a dignidade essencial de todos os homens. O destino da moça depende do capricho de Brás. Ela pode ser cooptada pela classe dominante ou acabar pedindo esmola. Como se sabe, é o segundo desfecho que ocorre. Brás não seduz Eugênia, mas ouve os conselhos do pai e volta à cidade, ao encontro da noiva rica e do sogro influente. Num episódio cheio de borboletas – quatro, na contagem de Schwarz – o assunto se encerra quando a última é esmagada pela toalha de Brás Cubas – também por que diabo ela não era azul? É evidentemente Eugênia que é esmagada nesse gesto simbólico, “repelão nervoso” pelo qual a classe dominante, tendo deixado os dependentes se divertirem suficientemente com a ilusão de serem titulares de direitos universais, restaura a verdade do país e pratica contra os recalcitrantes uma sumária justiça de classe. O extraordinário cinismo desse episódio, em que a única personagem reta do livro é humilhada literalmente e por inúmeras metáforas que aludem ao defeito físico da moça coxa (por sua vez alegoria de outro defeito mais grave, a pobreza), é para Schwarz a figuração explícita dos comportamentos efetivos da oligarquia brasileira.

Mas naturalmente Brás circula também entre iguais, e não só entre dependentes. O esquema, aqui, é o da convivência de classe.

Ela é ilustrada em seu modo de relacionamento com Lobo Neves, o marido enganado. Brás sabe que ele sabe, Lobo Neves sabe que Brás sabe que ele sabe, e essa harmonia só é perturbada quando o marido de Virgínia começa a receber cartas anônimas. É um inconveniente, porque Lobo Neves não pode dar-se ao luxo de se indispor com a opinião pública. Mas é essa mesma reflexão de amor próprio que convence Lobo Neves

a não exagerar na defesa de sua honra conjugal. O que leva Brás Cubas à conclusão de que a opinião é uma boa solda das instituições domésticas. Em suma, a norma do casamento monogâmico é afirmada e transgredida, a contravenção é fruída por um membro da elite e aceita por outro, e este se beneficia com a regra sem perder nada com a transgressão.

A mesma convivência na relação de Brás com o cunhado Cotrim. Brás defende Cotrim das acusações, que lhe faziam seus inimigos, de ter feito sua fortuna com o tráfico negreiro e de ter tratado de modo bárbaro os seus escravos. Afinal, Cotrim só mandava açoitar os escravos fujões e além disso não se pode atribuir à índole de um homem o que é puro efeito das relações sociais. Acresce que Cotrim era pai de família exemplar, comerciante sem dívidas, filantropo e membro de irmandades religiosas. É uma defesa que incrimina, um pseudo-elogio em que Brás assume, ironicamente, o ponto de vista de um europeu culto que rejeita a escravidão. Mas isso não impede que as alegações feitas sejam verdadeiras à luz da realidade local, e nesse sentido há uma verdadeira cumplicidade entre os dois pró-homens, ambos progressistas segundo a norma europeia e beneficiários da mesma iniquidade que essa norma condena. Como Brás, Cotrim é moderno e tradicional ao mesmo tempo. Ser bom chefe de família, comerciante honrado e homem generoso são atributos de um *gentleman* inglês. Mas nas entrelinhas pérfidas dos seus elogios, Brás revela um Cotrim desumano, contrabandista, avaro e negociista: o abismo entre os dois Cotrims é o mesmo que separa do paradigma do progresso europeu a classe dirigente brasileira.

Ambivalência igual se revela em Virgília. Ela gosta do amante sem detestar o marido, e não quer renunciar nem ao adultério nem ao casamento. Numa de suas muitas veleidades, Brás propõe a fuga a Virgília, mas descobre que no espírito da moça o amor e a consideração pública estavam ligados: Virgília era capaz de grandes e iguais sacrifícios para conservar as duas vantagens, e a fuga só lhe deixava uma. Aliás Virgília está mais à vontade que seu namorado na opção de não optar, porque tradicionalmente a mulher se caracteriza pela ausência de formalismo com relação à norma, o que alguns consideram positivo (seria uma força vital, regeneradora, anárquica, sobrepondo-se ao conservadorismo da cultura patricêntrica) e outros como uma força regressiva e anticivilizatória. Nesse sentido, Virgília é a própria encarnação do cinismo das nossas elites, porque a atitude de desfrutar tanto a norma quanto a transgressão se encaixa como uma luva no estereótipo da informalidade associado à mulher. Virgília é ambivalente também em outro sentido: é uma mulher elegante e moderna, ao mesmo tempo que tem um oratório em seu quarto e reza para proteger-se das tempestades.

Como o resto, a relação de Brás com Virgília é dominada pela volubilidade. No dia em que decide que ela será sua, Brás encontra uma moeda de ouro, que ele entrega à polícia. Efetua, assim, uma substituição simbólica: restituindo uma moeda que não lhe pertence, ele está compensando imaginariamente a apropriação de uma mulher alheia. Desonesto num registro, ele é honesto em outro, obtendo com isso a aprovação social e a quitação de suas contas, sem saldo nem déficit – mais um exemplo da lei da equivalência das janelas. Do ponto de vista da moral europeia, essa operação rebaixa o personagem, que em vez de tentar solucionar seu dilema de modo consciente e racional contenta-se com uma satisfação imaginária. Mas do ponto de vista local, a natureza meritória da ação substituta anula efetivamente o mal praticado em outro registro, como o figurão que usa em doações caridosas os fundos obtidos com o comércio de escravos. A ação regular substitui e compensa a irregular, ou antes, Brás e sua classe estão em situação regular e irregular ao mesmo tempo.

Em suma, no nível da forma como do conteúdo, o romance reproduz uma estrutura social ubíqua, que dá sua chave à relação entre a classe dominante brasileira e a cultura europeia. É a volubilidade que determina o enredo, a biografia e a motivação dos personagens; é ela que interiorizada como forma dá sua fisionomia própria ao estilo do narrador. O capricho está presente, seja rapidamente, no ciclo acelerado da construção formal, seja em câmara lenta, na sucessão dos diferentes episódios.

Qual a resultante dessas duas forças contrárias, qual o efeito, na qualidade do romance, da estrutura da volubilidade? A resposta é evidente. Esse romance do capricho é altamente construído e planejado. Atrás de Brás Cubas existe outro narrador, que sem fazer uso da palavra fala através de sua composição. Através de Brás Cubas, Machado de Assis está afirmando (em silêncio, como convém) que progresso e atraso são compatíveis, que a cultura europeia não pode ter vigência no Brasil escravista e no entanto é indispensável, que a realidade local é infame à luz dos ideais da Ilustração e do libe-

ralismo, mas que esses ideais são meras ideologias, se confrontadas com o peso e a solidiez da realidade brasileira.

Mas se é assim, a volubilidade não pode ter a última palavra. Longe de ser um pasatempo frívolo, o romance acaba dizendo coisas terrivelmente sérias sobre o Brasil. À revelia do narrador (mas não do autor), a notação local e o respectivo contraponto universalista vão se impondo de tal maneira que as relações sociais efetivas do Brasil ganham gradualmente o primeiro plano. Nesse caso não podemos mais dizer que a volubilidade é o único princípio estruturador do romance: ela é a forma ostensiva, mas a forma latente é a intenção realista.

Nesse nível mais profundo, Machado quis capturar as tendências imanentes do real, mas preferiu usar para isso técnicas anti-realistas, como as do romance inglês do século XVIII, do mesmo modo que quis compreender a inserção histórica do Brasil no mundo contemporâneo, mas recorreu para isso ao mais anti-histórico de todos os modelos, o da psicologia universalista do século XVII.

Com todos os seus malabarismos, *Memórias póstumas* é pois um verdadeiro romance realista. A realidade que o livro recria é a de um país composto de dois países. Os dois Brasis são postos no interior dos personagens. Brás Cubas é por um lado um cavalheiro esclarecido, mas por outro um charlatão e o discípulo de um doido. Cotrim é um comerciante respeitável e um flagelador de escravos. Lobo Neves é um político arguto e tem medo do número 13. Virgília é uma senhora mundana e tem medo de trovoadas. O país arcaico e o moderno coexistem em todos os personagens, que no conjunto compõem seja uma galeria de pessoas relativamente normais, se o ponto de vista for o da realidade local, seja de excêntricos, dementes e bandidos, se for o europeu.

Com isso, o Machado que seus críticos acusam de ter negligenciado o pitoresco e a cor local mostra ter sido muito sensível a uma forma *sui generis* de cor local: a que se manifesta, não no caboclo ou no índio, mas na psicologia dos personagens ditos civilizados. Que há de mais exótico que Cotrim, Lobo Neves, Brás Cubas? Na perspectiva do europeu, existe algo de mais pitoresco que um traficante de escravos que se dedica a atividades de beneficência? O mandonismo e o castigo de escravos, que não aparecem em primeiro plano no livro, se tornam internos na vida psicológica dos personagens. A cor local se interioriza, e Machado passa a especializar-se no pitoresco das nossas questões de consciência.

Ao mesmo tempo, na perspectiva brasileira, há algo de mais extravagante que as idéias européias? O universalismo burguês, no contexto brasileiro, adquire feição pitoresca. O movimento se inverte, e os ideais europeus se transformam em moldura e pano de fundo, cenário de teatro tão irreal quanto uma floresta tropical de papelão, pintada no fundo de um palco em que se representa o *Guarani*. Impregnando-se de particularismo pelo seu funcionamento na estrutura de classes brasileira, o universalismo burguês revela seu verdadeiro rosto, que é efetivamente particularista. Machado reproduz, em nível superior, a relativização dos ideais burgueses que a própria realidade brasileira podia fazer todos os dias. Mostrar que o liberalismo, longe de ser igualitário, pressupunha uma relação baseada na troca desigual, era na Europa uma façanha da crítica. No Brasil, a discrepância entre igualitarismo teórico e desigualdade real era visível a olho nu: para saber que o liberalismo mentia, bastava olhar um escravo andando na rua. Na Europa, para chegar ao mesmo resultado, era preciso ser Marx; no Brasil, qualquer passante podia realizar essa proeza⁽³⁾. A grandeza de Machado não consiste em ter feito es-

**Através de Brás Cubas,
Machado de Assis está
afirmando (como convém) que
progresso e atraso são
compatíveis, que a cultura
européia não pode ter
vigência no Brasil
escravista e no entanto
é indispensável, que a
realidade local é infame à
luz dos ideais da Ilustração
e do liberalismo, mas que
esses ideais são meras
ideologias, se confrontados
com o peso da
realidade brasileira**

3 Roberto Schwarz, *Ao vencedor as batatas*, São Paulo, Duas Cidades, 1977, p. 22-3.

sa desmistificação que no Brasil era trivial, e sim em ter mostrado que a própria desmistificação fazia parte da comédia que se tratava de denunciar. O desmascaramento da ideologia liberal não resultava em seu desprestígio e a condenação da iniquidade local não abalava a solidez das instituições escravistas. É na exposição metódica dessa contradição, na descrição fiel de uma classe dominante que se legitima com uma ideologia que não lhe convém e não pode se passar de uma cultura que a condena, que se manifesta o realismo inflexível do romance de Machado.

Se refletirmos agora sobre as duas partes da argumentação de Schwarz, a primeira coisa a dizer quanto à tese sociológica é que ela teve um sucesso merecido, pelas razões erradas. Poucas idéias justas foram tão mal compreendidas. Em parte, a culpa é do próprio Schwarz – ele foi vítima de sua felicidade verbal. Desde 1977, a esplêndida expressão “idéias fora do lugar” corre mundo, mas é usada de forma selvagem, quase sempre num sentido contrário às intenções do autor. Ela passou a gravitar de forma imprópria, num movimento que parece imitar o movimento do próprio fenômeno que a fórmula estava encarregada de descrever.

O que houve, em suma, foi que a expressão foi assimilada como se fosse apenas outro nome para o antiquíssimo *topos* do caráter imitativo da cultura brasileira, cujo reverso é a exigência de uma cultura não-importada, adaptada à nossa realidade. Esse *topos* começou com os românticos, continuou com os naturalistas, recebeu de Silvio Romero a formulação mais virulenta (o Brasil “macaqueou” a Constituição francesa de 1824, “arremedou” o parlamentarismo inglês, em suma, somos “mestiços” e “meridionais”, capazes de fazer “pastiches”, mas não de criar)⁴, entrou nos manifestos modernistas (Rui Barbosa: uma cartola na Senegâmbia; morte aos importadores de consciência enlatada!), foi posto por Chico Campos nos manuais do Estado Novo (a democracia liberal é naturalmente uma invenção européia, alheia à realidade nacional), adquiriu dignidade epistemológica com os isebianos, foi brandido pelos militares como um argumento contra a importação de ideologias exóticas, foi redescoberto pelos caricaturistas e ministros da Nova República, figura no programa político de certos partidos populares, e continua disponível, novo e matinal como no primeiro dia, como um tema que une a direita e a esquerda, dá aos conservadores o prestígio do pensamento crítico e alimenta nos semicultos a ilusão de serem inteligentes a preço reduzido.

Imagino o sofrimento de Schwarz quando a expressão é usada com esse sentido, pois a verdade é que ele quis dizer exatamente o contrário. A expressão não significa nenhuma denúncia da cópia cultural; o que ela denuncia é uma constelação interna, uma forma de inserção do Brasil no sistema internacional, que faz aparecer como exótica e inautêntica a cultura importada. Quando as relações sociais internas se baseiam na escravidão e no clientelismo (ou seus sucedâneos contemporâneos), é evidente que as idéias européias, que supõem o igualitarismo e a universalidade dos direitos, assumem aspecto impróprio. Mas a impropriedade deriva das características de um sistema de dominação interno, e não da atitude mimética e “inautêntica” das elites – mestiças ou alienadas, conforme os modismos intelectuais vigentes. O que Schwarz mostra é que a tese da imitação, parecendo crítica, é na verdade uma ideologia, que confunde causas e efeitos e escamoteia as relações de poder das quais emana. A miséria brasileira não está no transplante cultural, está na denúncia “ideológica” do transplante cultural, está na ideologia da autenticidade cultural. Essa ideologia torna invisíveis as iniquidades locais e funciona segundo o mecanismo de defesa que Freud chama de *Verschiebung*, pelo qual a atenção é desviada de um tema central, conflitivo (as relações de poder) para um tema periférico, inócuo (a compulsão imitativa das nossas elites).

Com isso, o próprio tema periférico deixa de encontrar solução adequada. Diante do disparate formado pelo contraste entre ideais universalistas e um sistema de dominação (a famosa “realidade brasileira”) que contraria esses ideais, nossas elites, e os intelectuais mais ou menos orgânicos que as representam, preferem excluir os primeiros, em vez de modificar a realidade interna. Em vez de ser julgada, é esta que funciona como tribunal de última instância para julgar a cultura universalista. A solução disparatada do disparate é evidentemente inevitável, uma vez aceita a ideologia do transplante. Mas alterado o ponto de vista, e expostas à luz do dia as relações reais que a ideologia do transplante mistifica, é óbvio que o caminho escolhido terá que ser outro: no antagonismo entre idéias externas e a realidade, é esta que deve ser mudada. É ela que é alienada. É um pouco o que fazem os psicanalistas, quando um paciente obstinado invoca contra a interpretação do terapeuta a prova da realidade. No conflito entre uma interpretação emancipatória e uma realidade repressiva que a contraria, é a realidade que é

4 Sylvio Romero, *Machado de Assis*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1936, p. 70-7.

falsa: ela não pode ser aceita como instância competente para refutar a validade da interpretação verídica.

O que não significa, evidentemente, que a opção europeizante seja mais correta. Se bastasse aderir aos valores europeus para mudar a realidade interna, os fazendeiros do café que iam fazer romantismo prático com as moças do Maxim's seriam heróis revolucionários. A verdade é que tanto o eurocentrismo como o nacionalismo são movimentos complementares da mesma matriz ideológica, que como toda ideologia oculta o essencial e só mostra o que convém mostrar. Se o nacionalismo esconde as relações internas de poder, o eurocentrismo esconde as internacionais, velando a face externa do sistema de dominação.

Se retificássemos os termos do problema, desfazendo a astúcia da *Verschiebung*, as relações de poder reassumiriam o primeiro plano, e nesse caso a política cultural passaria a significar, não a defesa da autenticidade nacional contra a imitação da cultura estrangeira, mas a incorporação das classes populares, enquanto consumidoras “e” produtoras de cultura, aos circuitos brasileiros “e” estrangeiros da cultura universal, como um dos aspectos do processo socioeconômico de desagregação dos trabalhadores e de sua ascensão a uma modernidade que seja mais que puramente ideológica⁵.

Mas é preciso reconhecer que os mal-entendidos são facilitados pela frequência com que Schwarz usa o esquema que suas análises contribuem para desacreditar: o esquema binário do nacional e do importado. Temos a impressão de que ocorre com Schwarz o que ocorre com tantos outros pensadores originais: ele aborda uma nova problemática, sem conseguir se desvencilhar de todo da linguagem antiga.

Essa linguagem antiga é a do dualismo. Bem entendido, não é um dualismo nacionalista, e sim um dualismo mediatizado pela teoria do imperialismo, pela CEPAL e pela sociologia da dependência, como fica muito evidente pelo título do livro, que teria encantado Raul Prebisch. Mas com tudo isso, o dualismo existe: o Brasil e o mundo, nós e os outros, nossa realidade (de país periférico) e a realidade dos outros (de países centrais). Atrás do título, existe o pressuposto (historista, e não marxista) de que os países do capitalismo periférico vêem o mundo de um modo radicalmente outro, porque sua “realidade” é outra. É óbvio que em Schwarz essa posição não leva à exaltação patriótica, porque a realidade que ele discute é infame, mas, no meio dos julgamentos mais severos, um ufanismo totalmente inesperado – “*où diable est-il venu se nicher?*” – põe as manguinhas de fora. As doutrinas liberais eram ideológicas mesmo na Europa, mas entre nós elas eram falsas “num sentido por assim dizer original”⁶. Ressurge assim o velho tema da nossa excepcionalidade epistemológica. É a antiga idéia lukacziana de que a classe operária, por ser a única que nada tem a perder, é a única capaz de romper o jugo da reificação e da falsa consciência, idéia que Gerreiro Ramos já havia transposto para a nação da periferia, transformada em sujeito privilegiado da verdade histórica: no processo de “redução” pelo qual a nação periférica se apropria do núcleo verídico do saber universal, ela desmascara a ciência estrangeira, e nesse sentido está na vanguarda do saber verdadeiro.

Encontramos vestígios desse tema na tese de que a “realidade brasileira”, em sua flagrante iniquidade, tinha o poder de desmascarar o liberalismo europeu, baseado numa iniquidade invisível, camuflada pela ideologia da justa troca. Por essa via oblíqua, também para Schwarz o “país periférico” acaba tendo um privilégio cognitivo com relação aos “países centrais”. Essa é a parte menos convincente de suas demonstrações. Por que milagre a percepção do desajuste entre liberalismo importado e escravismo interno levaria as elites brasileiras a uma atitude de *Ideologiekritik*, segundo a qual o igualitarismo liberal é apenas a máscara de uma violência estrutural, e não a uma atitude banalmente historista, segundo a qual o liberalismo é válido na Europa, mas não no Brasil? Evidentemente foi este o efeito produzido entre nós pela prova da realidade. Quando nossos fazendeiros não estavam atuando como comparsas involuntários da *Vie Parisienne*, de Offenbach, estava dizendo coisas graves sobre a “realidade brasileira”. Mas essa realidade não era invocada para dizer que as idéias européias eram falsas, e sim para dizer que elas eram inaplicáveis no Brasil.

Schwarz é brilhante demais para cair na armadilha do atraso-como-progresso. Ele é o primeiro a ironizar os modernistas de 1922 e 1928, que viam no atraso brasileiro as condições de uma revolução carafba, versão antropofágica das esperanças que o jovem Marx depositava no subdesenvolvimento alemão. Ele afirma, por exemplo, que a idealização macunafmica da preguiça, considerada como uma prova de superioridade e não como um vexame, é descendente direta da velha atitude escravista, para a qual o traba-

5 Sobre esse tema ver, especialmente: Roberto Schwarz, “Nacional por subtração”, in *Que horas são?*, São Paulo, Companhia das Letras, 1989, p. 29-48.

6 Roberto Schwarz, *Ao vencedor as batatas*, op. cit., p. 14.

lho era um estigma. Mas a adoção do esquema dualista pode trazer consigo esse risco.

Se Schwarz abandonasse o dualismo nacional-estrangeiro, seu verdadeiro tema viria à luz do dia de modo muito mais claro. Pois salvo erro, o conceito de deslocamento ultrapassa de muito os limites estreitos do nacional e do importado. O fenômeno ocorre sempre que há discrepância entre idéias, de um lado, e práticas e relações sociais, de outro.

Por essa definição, nem sempre há deslocamento, mesmo quando as idéias são importadas, e pode haver deslocamento, mesmo que elas não o sejam.

O liberalismo francês de Guizot e Thiers era parcialmente importado (parlamentarismo inglês e economia política inglesa), mas não era deslocado, porque correspondia às relações sociais efetivas do país. O burguês fazia na fábrica e no tribunal o que advogava no salão. Pagava o trabalho por seu preço justo, determinado pelo mercado, e se condenava Jean Valjean a trabalhos forçados era por obediência estrita ao princípio da igualdade de todos diante da lei.

Por outro lado, nem sempre o desajuste se dá através da importação de idéias. Ele pode ocorrer, não no eixo espacial (nacional-estrangeiro), mas no eixo temporal (tradição-modernidade) e nada impede que o fenômeno ocorra dentro da mesma sociedade. Foi sob essa forma que Marx estudou a problemática do desajuste. A teoria marxista da ideologia admite a hipótese de uma discrepância entre a superestrutura e a base, seja no sentido de uma ideologia nova que funciona num modo de produção ainda tradicional, seja no sentido oposto de uma ideologia antiga, ainda não ajustada às novas relações econômicas. Ou seja, são idéias “deslocadas no tempo” (se a expressão for lícita), que podem ter sido geradas na mesma formação social.

Apesar das aparências, pergunto-me se o desajuste brasileiro também não seria de natureza temporal. Ele se manifestava no eixo nacional-estrangeiro, mas se dava, em sua essência, no eixo tradição-modernidade. As idéias “modernas” eram impróprias, em face das estruturas “tradicionais”. No caso de um país colonizado como o Brasil, sem escolas e sem universidades, essas idéias modernas tinham evidentemente que ser importadas, mas elas não eram impróprias por serem importadas, e sim por serem incongruentes com as estruturas do país real, e continuariam sendo impróprias mesmo que tivessem sido produzidas no Brasil.

A contra-prova dessa argumentação seria dada se conseguíssemos encontrar em outras formações sociais temporalmente desajustadas fatos semelhantes aos que Schwarz descobriu no Brasil. Até certo ponto, a Ilustração européia se presta a essa contra-prova.

A partir de meados do século XVIII, as idéias que circulavam na França eram claramente “idéias francesas”. Mas eram idéias fora do lugar: idéias universalistas funcionando em contextos particularistas, idéias burguesas incrustadas em relações feudais. Elas coexistiam diariamente com relações sociais que as contradiziam. O que se manifestava no comportamento “desajustado” tanto dos filósofos como dos nobres que os protegiam.

Os nobres eram amigos dos filósofos e partidários das novas idéias, o que não os impedia de exercerem em suas terras direitos senhoriais rigorosamente contraditórios com essas idéias. Um duque voltaireano podia ser leitor de Beccaria e ter se indignado com a execução de Calas, mas não via nada de extraordinário em enforcar um camponês que tivesse roubado uma lebre. Inversamente, o mesmo Mirabeau Pai, que usou numerosas *lettres de cachet* para aprisionar seu filho, condenava o absolutismo monárquico; Voltaire repudiava a escravidão e enriquecia com o tráfico negreiro; Rousseau condenava a arrogância dos nobres numa residência posta à sua disposição pela marquesa d'Epinau. Observe-se que não se trata aqui de uma contradição entre convicções éticas e comportamentos efetivos. O fato de que Rousseau tenha abandonado seus filhos à caridade pública não significa que a ética cristã, que condenava esse comportamento, estivesse deslocada, e sim que os preceitos da moral cristã são freqüentemente transgredidos por aqueles que crêem neles. O que é preciso salientar nos exemplos acima é uma discrepância estrutural, não explicável pela psicologia individual, entre relações sociais e legitimações hegemônicas, entre comportamentos padronizados enraizados num certo tipo de relações sociais e normas que contradizem essas relações e condenam esses comportamentos.

Pôr a questão nesses termos já é mostrar o alcance genérico da tese de Schwarz. Surgem de imediato analogias entre essa situação e a brasileira. Nos dois países, reinava o capricho, a oscilação entre o ideário burguês e a realidade social. Em ambos, o univer-

salismo iluminista estava em contradição “aberta” com as estruturas da opressão de classe: tanto a corvéia como a escravidão deixavam claro o mecanismo do trabalho excedente, que em relações sociais capitalistas é mascarado pela ideologia da justa troca. Nos dois casos, havia uma relação de acomodação mútua entre o mundo moderno – o dos filósofos – e o tradicional. As elites conciliavam os benefícios dos dois universos, conjugando o prestígio de sustentarem opiniões avançadas com as vantagens do atraso.

É óbvio que não existe qualquer semelhança de fundo entre as duas sociedades. Além disso na França o poder político e o mundo das idéias estavam distribuídos em duas classes diferentes, enquanto no Brasil a “mesma” classe geria as relações clientelístico-escravistas e consumia as idéias deslocadas. O que havia de semelhante era outra coisa: um dispositivo estrutural, além das diferenças arquivadas, pelo qual idéias e relações sociais se situavam em posições contraditórias.

Sendo assim, o desajuste brasileiro passa a ilustrar, como caso particular, um mecanismo mais genérico de deslocamento temporal. Como caso especial, é claro que a situação brasileira tem características peculiares. Se Schwarz estiver certo, a diferença vem do fato de que ao longo do mesmo eixo tradição-modernidade, o deslocamento levou na Europa à vitória do pólo moderno, enquanto no Brasil os dois pólos se acomodaram numa relação perversa de coexistência e complementaridade. Mas em sua essência, o fenômeno do deslocamento é o mesmo. O mecanismo se desprovincializa, deixando de ser uma “originalidade brasileira”.

Com isso, abre-se um campo fértil para indagações que podem ser respondidas empiricamente. O mecanismo do deslocamento ocorre sempre que se verificam processos de modernização social? A forma específica que o deslocamento assume no Brasil – irrelevância e funcionalidade das idéias importadas, perpetuação do atraso através da apropriação ornamental da modernidade – existe também em outros países na “periferia do capitalismo”? Como se dá o deslocamento no caso de países que ao contrário do Brasil dispunham de uma forte cultura própria ao iniciarem seu confronto com a modernidade? Como se manifestou ele na Alemanha do início do século XIX, levando-se em conta que esse país, longe de importar idéias, foi um grande exportador de sistemas filosóficos? Como se manifestou na Rússia czarista, também com uma importante cultura nacional, considerando, entre outras coisas, a polêmica entre correntes eslavófilas e europeizantes? Como se manifestou nos Estados Unidos, nos quais a escravidão coexistiu com idéias iluministas, exatamente como no Brasil, considerando por um lado que desde muito cedo aquele país deixou de estar na “periferia do capitalismo” e, por outro, que ele dispunha de um ideário iluminista-liberal que não somente não era importado como constituiu em grande parte a fonte do Iluminismo e do liberalismo europeus?

A segunda tese de Schwarz ilustra as grandezas e perigos da crítica sociológica.

Outros críticos disseram que Machado de Assis tentou captar a sociedade brasileira do seu tempo. Mas Schwarz vai mais longe, e afirma que Machado reproduziu essa sociedade, não em sua existência empírica, mas na medida em que ela foi moldada por uma “forma” que lhe deu a especificidade histórica. *Memórias póstumas* é a mimese dessa forma, a recriação de um dispositivo social que dá sua fisionomia própria ao Brasil do século XIX. Para sentir o que essa interpretação tem de original na tradição marxista basta compará-la com a de Astrojildo Pereira, por exemplo.

Tomemos a passagem em que Brás defende seu cunhado da acusação de crueldade com os escravos. Além de que Cotrim só mandava ao calabouço os fujões, diz Brás, “não se pode honestamente atribuir à índole original de um homem o que é puro efeito das relações sociais”⁽⁷⁾.

Astrojildo Pereira leva a sério a opinião de Brás e a considera aceitável. Esse argumento lhe parece “perfeitamente justo” porque com efeito as relações sociais em 1814, quando Cotrim traficava com negros, permitiam encarar como honesto e moral esse comércio, enquanto as relações sociais dos anos 50 (a lei Eusébio de Queirós data de 1850) já não permitiam aceitar a legitimidade moral do transporte de escravos⁽⁸⁾.

Schwarz poderia ter se limitado a discutir com Astrojildo Pereira nos próprios termos em que ele apresentou seu argumento, dizendo, por exemplo, que não era essa a lição que se poderia tirar das palavras de Brás. Este não havia tentado de maneira alguma inocentar Cotrim através de uma versão relativista do marxismo, segundo a qual o que é válido num momento social não é válido em outro, e sim através da teoria, igualmente marxista, da *Charaktermaske*, segundo a qual o capitalista não é pessoalmente responsável pelas injustiças que comete, já que é um mero *Traeger*, suporte de relações anônimas.

7 Machado de Assis, *Memórias póstumas de Brás Cubas*, op. cit., p. 620.

8 Astrojildo Pereira, “Machado de Assis, romancista do Segundo Reinado” in *Interpretações*, Rio de Janeiro, Casa do Estudante do Brasil, 1944, p. 30-1.

Em vez disso, Schwarz muda inteiramente a armação do problema. Com intuição certa, ele vai ao essencial: Brás estava querendo incriminar seu cunhado, e não defendê-lo, o que significa que a frase em questão não podia ser tomada ao pé da letra. Astrojildo Pereira viu em Brás um marxista *avant la lettre*, quando na verdade ele estava zombando de Cotrim, dos seus defensores, de si mesmo, e de leitores como Astrojildo Pereira, suficientemente ingênuos para caírem em sua armadilha. Ao mesmo tempo, nessa acusação havia um momento de cumplicidade, porque afinal os dois figurões, modernos em seu antiescravismo esclarecido, pertenciam à mesma classe que se beneficiava da injustiça. A defesa que acusa acaba sendo, de outro ângulo, uma acusação que absolve, e com isso a frase sobre as relações sociais merece novamente ser levada a sério, embora não como expressão de uma verdade histórica, e sim como álibi individual e de classe. Como diz Schwarz, “merece destaque esse uso perverso da idéia de condicionamento sociológico... empregado a favor do escravista, e não contra o instituto da escravidão”⁽⁹⁾. A enorme superioridade dessa análise sobre a de Astrojildo Pereira salta aos olhos, e não há dúvida de que ela se deve em grande parte à sofisticação com que Schwarz maneja a categoria básica da volubilidade, mostrando a oscilação, no interior de cada personagem, entre o registro moderno e o arcaico.

Se a validade de uma grade teórica pode ser medida pela fecundidade das interpretações que ela autoriza, a escolhida por Schwarz está acima de qualquer suspeita. A partir de um único fio condutor, todos os meandros do livro de Machado vão sendo percorridos pelo crítico e mostrados ao leitor, que os vê, sob uma luz forte e original, como se fosse sua primeira visita ao labirinto. Esse ponto de vista único, articulando forma e conteúdo, e iluminando todas as partes do livro, da dedicatória ao capítulo das negativas, permite belíssimas interpretações, que desde já podem ser consideradas clássicas. Penso, por exemplo, na passagem consagrada a Eugênia e às quatro borboletas que voam durante o episódio da Tijuca, e sobretudo no extraordinário *tour de force* de identificar a presença da volubilidade social na volubilidade da forma, o que certamente mostra sob um aspecto novo os maneirismos estilísticos que dão a *Memórias póstumas* grande parte do seu sabor.

Mas o método sociológico também tem seus problemas. Que Schwarz se tranqüilize. Não vou dizer que “o marxismo é um reducionismo, e está superado pelo estruturalismo, pela fenomenologia, pela estilística, pela nova crítica americana, pelo formalismo russo, pela crítica estética, pela lingüística e pela filosofia das formas simbólicas”⁽¹⁰⁾. Mas é preciso reconhecer que mesmo a melhor crítica marxista não conseguiu de todo lidar com a questão da “validade” da obra, em contraste com sua gênese ou intenção social. Lukács não hesita, como se sabe, em transformar em critério da avaliação estética a maior ou menor capacidade do escritor de captar as grandes tendências de uma época ou de uma formação social, sua maior ou menor capacidade de criar o “tipo”, a individualidade concreta na qual “estejam presentes todas as determinações humana e socialmente essenciais, em seu mais alto nível de desenvolvimento, no desdobramento último das possibilidades que elas contêm, na apresentação extrema dos seus extremos, concretizando os cimos e os limites dos homens e das épocas”⁽¹¹⁾. Balzac e Stendhal (e seus herdeiros, os romancistas russos) conseguiram essa compreensão totalizante e tiveram essa competência construtiva, ao contrário de Flaubert e Zola, e “portanto” os escritores realistas são superiores aos naturalistas, ou seja, um critério sociológico se converte em padrão de julgamento estético.

Schwarz é um lukacsiano muito pouco convencional, que relativizou com Adorno e Benjamin o que pudesse haver de dogmático em Lukács e que faz questão de dizer que adotou em seu trabalho um procedimento inverso do que é comum em ensaios de inspiração materialista: “Ao invés do artista aprisionado em constrangimentos sociais, a que não pode fugir, mostramos o seu esforço metódico e inteligente para captá-los, chegar-se a eles, lhes perceber a implicação e os assimilar como condicionantes da escrita, à qual conferem ossatura e peso reais”⁽¹²⁾. Mas com toda sua liberdade de espírito, ele se aproxima de uma posição perigosa: fazer do discernimento sociológico do autor um critério de avaliação.

Essa posição já era visível em *Ao vencedor as batatas*. “Ao longo de sua reprodução social, incansavelmente, o Brasil põe e repõe idéias européias, sempre em sentido impróprio. É nesta qualidade que elas serão matéria para a literatura. O escritor pode não saber disso, nem precisa, para usá-las. Mas só alcança uma ressonância profunda e afinada caso lhes sinta, registre e desdobre – ou evite – o descentramento e a desafinação. Se há um número indefinível de maneiras de fazê-lo, são palpáveis e definíveis as con-

9 Roberto Schwarz, *Um mestre...*, op. cit., p. 113.

10 Roberto Schwarz, *O pai de família*, São Paulo, Paz e Terra, 1978, p. 93.

11 Georg Lukács, *Studies in European Realism*, intr. Alfred Kazin, New York, Grosset and Dunlap, 1964, p. 6.

12 Roberto Schwarz, *Um mestre...*, op. cit., p. 225.

travencões. Nestas registra-se, como ingenuidade, tagarelice, estreiteza, servilismo, grosseria, etc., a eficácia específica e local de uma alienação de braços longos”⁽¹³⁾. Isto é, os escritores só alcançam “ressonância profunda e afinada” quando sabem lidar corretamente com esse mecanismo, seja registrando, seja evitando o deslocamento; os que não o conseguem, pagam o preço da ingenuidade e da tagarelice.

Como se vê, Schwarz chega a um passo de transformar, lukacsianamente, em critério de valor a maior ou menor capacidade de compreender o dispositivo do deslocamento; por um triz, ele escapa de dizer que os grandes escritores brasileiros são os que refletem e recriam competentemente esse mecanismo, e os escritores medíocres são os que não o conseguem.

Em seu último livro, não encontramos tampouco uma afirmação peremptória a respeito, mas fica a dúvida: Machado foi o supremo escritor que foi porque conseguiu. melhor que Alencar, trabalhar o dispositivo da volubilidade social, ou teria sido um grande romancista mesmo que tivesse ficado indiferente a esse problema? *Mutatis mutandis* é o eterno problema da “brasileiridade” de Machado de Assis. Também aqui existe o mesmo risco da passagem do positivo ao normativo, da questão empírica de saber se um autor é mais ou menos “brasileiro” no plano avaliativo, que tem a ver com a significação estética da obra. Nada mais ilegítimo que essa passagem, como assinalou Antonio Candido. “O nacionalismo crítico, herdado dos românticos, pressupõe também (...) que o valor da obra dependia do seu caráter representativo. Dum ponto de vista histórico, é evidente que o conteúdo brasileiro foi algo de positivo, mesmo como fator de eficácia estética, dando pontos de apoio à imaginação e músculos à forma. Deve-se pois considerá-lo *subsídio* de avaliação, nos momentos estudados, lembrando que após ter sido recurso ideológico, numa fase de construção e autodefinição, é atualmente inviável como *critério*, constituindo nesse sentido um calamitoso erro de visão.”⁽¹⁴⁾

Poucos escritores foram tão vitimados por esse erro calamitoso como Machado de Assis. Os críticos ora rejeitaram Machado por não ser brasileiro, ora o aceitaram, depois de terem provado que ele era brasileiro, sim, apesar das aparências.

Supondo que fosse verdadeiro o antigo preconceito que via em Machado um escritor pouco interessado por problemas nacionais, isto teria feito dele um escritor medíocre? É preciso, para que se tenha o direito de admirá-lo, defendê-lo dessa acusação pífida, citando interminavelmente frases do próprio Machado, sempre as mesmas, como “o que se deve exigir do escritor, antes de tudo, é certo sentimento íntimo, que o torne homem do seu tempo e do seu país, ainda quando trate de assuntos remotos no tempo e no espaço”⁽¹⁵⁾, ou “um poeta não é nacional só quando insere nos seus versos nomes de flores ou aves do país”⁽¹⁶⁾, ou “há um modo de ver e de sentir, que dá a nota íntima da nacionalidade, independente da face externa das coisas”⁽¹⁷⁾? É preciso dizer que ele foi, sim, um escritor brasileiro, e a prova é que sua obra está cheia de segues, mucamas e Conselheiros do Império, e tem como pano de fundo a Lei do Ventre Livre, a República e o Encilhamento?

De certo modo, pela via do método sociológico, Schwarz se insere na corrente “brasileirista”. Machado foi um escritor superiormente brasileiro, não apenas porque sua obra exprime toda a vida social do Segundo Reinado, como afirma Astrojildo Pereira⁽¹⁸⁾, não apenas porque ela acompanha etapa por etapa a história do Brasil, como demonstrou John Gledson⁽¹⁹⁾, não apenas porque documenta meticulosamente toda a passagem de uma sociedade estamental para uma sociedade de classes, como argumenta Raymundo Faoro⁽²⁰⁾, mas porque foi o que melhor compreendeu e traduziu o traço distintivo da realidade brasileira do seu tempo, o mecanismo da volubilidade. A “defesa” de Machado contra os que negam sua brasilidade vai ao ponto de dizer que até a cor local está incorporada em sua obra: uma cor local interiorizada nos personagens e nas situações.

**De certo modo, pela via do
método sociológico, Schwarz
se insere na corrente
"brasileirista"... É verdade
que como ele a vê, a
brasilidade de Machado
aparece de uma forma
estranhamente retorcida, que
difícilmente satisfará
os nacionalistas**

13 Roberto Schwarz, *Ao vencedor...*, op. cit., p. 24.

14 Antonio Candido, *Formação da literatura brasileira*, São Paulo, Editora da USP, 1975, vol. I, p. 28-9.

15 Machado de Assis, "Instinto de nacionalidade", in *Obra completa*, Ed. cit., vol. III, p. 804.

16 Idem, *ibidem*, p. 807.

17 Machado de Assis, "A estátua de José de Alencar", in *Obra completa*, Ed. cit., vol. II, p. 625.

18 Além do ensaio citado, ver, de Astrojildo Pereira: *Machado de Assis*, Rio de Janeiro, Livraria São José, 1959.

19 John Gledson, *Machado de Assis: ficção e história*, trad. de Sônia Coutinho, São Paulo, Paz e Terra, 1986.

20 Raymundo Faoro, *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*, Rio de Janeiro, Globo, 1988.

Dessa forma, o foco sociológico acaba se cruzando com o nacionalista.

É verdade que como Schwarz a vê, a brasilidade de Machado aparece de uma forma estranhamente retorcida, que dificilmente satisfará os nacionalistas. Machado é um escritor “nacional” porque usou todos os recursos da cultura “universal” para transpor literariamente uma especificidade “nacional” que consiste no uso impróprio dessa mesma cultura “universal”.

Esperemos que tanta dialética, confundindo os espíritos, contribua para afastar de uma vez por todas de nosso caminho o insuportável tema do brasileiro de Machado. Nisso, como em tantas outras coisas, Schwarz estaria ajudando a desprovincianizar a nossa crítica. Afinal, não me consta que um admirador de Flaubert tenha jamais se julgado na obrigação de defendê-lo, alegando que ao escrever *Salambô* ele tinha “sentido” Cartago de um modo francês, ou que um proustiano tenha acentuado, entre as qualidades positivas da *Recherche*, as esplêndidas virtudes gaulesas de Jupien ou o requintado francesismo do salão dos Guermantes. É verdade que alguns autores assinalaram o lado antifrancês de Rousseau, e disseram que um meteca jamais poderia entender um verso de Racine – mas esses autores chamavam-se Maurras e Barrès.

O método sociológico não explica tudo. O proposto por Schwarz é de longe o mais refinado, mas toda rede, quando única, tem sempre malhas muito largas, que deixam de fora aspectos essenciais do que ela pretende captar. O que fica de fora, quando aplicamos a Machado de Assis uma rede exclusivamente sociológica? Com risco de dizer o óbvio, eu responderia: a dimensão psicológica. Como Schwarz em momento algum pretendeu que somente uma chave sociológica seria legítima, os comentários que se seguem não devem de modo algum ser interpretados como críticas, e sim como reflexões à margem, só indiretamente relevantes para o livro de Schwarz.

Tradicionalmente, a psicologia aparece de duas formas nos estudos machadianos. Por um lado, estuda-se a psicologia dos personagens, seu caráter, suas motivações, à luz de uma compreensão universalista da natureza humana. Por outro, faz-se a análise psicológica do autor e tenta-se demonstrar a presença em sua obra de aspectos biográficos. De um lado, categorias psicológicas universais, como elas se manifestam em *Capitu* ou *Virgília*; de outro, numa perspectiva individualizante, a psicologia de Machado, como fator capaz de explicar as características de sua obra. Nenhuma das duas coisas é muito popular hoje em dia. Num caso, comete-se o pecado de universalismo e, no outro, de psicologismo.

Há muito se diz que Machado é o mais universal dos nossos escritores, mas como todo lugar-comum, este parece ter se desgastado à força de uso. Além disso, nossa esquerda deixou-se impregnar de tal modo por essa coisa ultraconservadora chamada historicismo, que rosna, mostra as garras e eriça o pêlo cada vez que ouve a palavra “universal”. Essa fobia ao universal, que desde Herder, passando pelo pensamento ultralegitimista francês, pela escola histórica alemã, pelo nacional-socialismo e pelo autoritarismo militar latino-americano, tem sido uma doença senil da direita, no Brasil transformou-se em bandeira da esquerda. O universal não está em moda na política. Atrás da palavra, suspeitamos todo um complô dos Valores Eternos, com maiúsculas truculentas, arregimentados, como um batalhão de *marines*, contra as forças populares. E não está em moda na crítica, e muito menos na crítica machadiana, que quando ouve a palavra fareja uma tentativa de expropriação do verdadeiro Machado pelas hostes da reação.

É preciso dizer que é um mal-entendido? Não é muito inteligente deixar à direita a posse e o uso dos universais. Afinal, historicismo à parte, “existe” efetivamente uma natureza humana, invariável em todos os países e épocas, por mais que tenhamos perdido o hábito de ouvir essa linguagem. O que muda com as circunstâncias da história e da geografia é o que a antropologia iluminista chamava de esfera do “costume”, em oposição à esfera da “natureza”. É nessa última esfera que Marx situa sua teoria da condição humana, que longe de ser a simples soma das relações sociais, adere a uma espécie que em “todos” os sistemas sociais produz e reproduz sua existência pelo trabalho, em metabolismo com o mundo físico. É nela que Freud situa a sua concepção do homem, com um aparelho pulsional comum a “todos” os indivíduos, em qualquer latitude.

As noções psicológicas de Machado eram pré-freudianas, mas de cunho igualmente universalista. Como seus modelos, os moralistas franceses do século XVII, ele explorou todos os desvãos da psicologia humana, suas ambivalências, suas contradições. Não há razão para sorrir quando lemos em Lucia Miguel-Pereira que Machado “queria conhecer a verdade sobre o *homem*, desvendar-lhe o jogo dos sentimentos e dos interesses, saber que molas o impulsionam (...) Romances e contos retomarão incansavelmente as

variações em torno de um tema único – a incapacidade do *homem*, não só para se alçar acima de si mesmo, para sair de suas mesquinhas dimensões, como para compreender o seu destino (...) Para entender a vida, começou por estudar o *homem*. Mergulhado nos abismos da alma, à espreita dos menores movimentos, de lá raramente emergia. Não lhe bastava saber como agiam, pensavam ou sentiam as suas personagens; o que visava era saber por que o faziam⁽²¹⁾. É um programa que não seria rechaçado por La Rochefoucault ou Pascal. O que está em jogo é o “homem”, esse homem em geral que um herdianismo reacionário nos ensinou a desdenhar. Machado se moveu com soberana desventura nos meandros desse homem em geral, mergulhando nos “abismos de sua alma”, como diz, sem o mínimo complexo, Lucia Miguel-Pereira. Essa linha de análise não pode ser abandonada, sem que se percam dimensões essenciais da obra de Machado. Beninho não é Othelo, mas se ele for visto apenas como uma alegoria da classe dominante brasileira, descartando de todo a antiga “psicologia das paixões”, que não via diferenças essenciais entre o ciúme inglês e o ciúme da rua da Glória, receio um pouco que Machado de Assis não saia engrandecido da investigação crítica.

A tendência a explicar a obra de Machado por sua vida e por sua doença levou a tantos abusos que acabou por desacreditar de todo esse tipo de análise. Estamos saturados com as alusões ao menino do morro do Livramento que queria ascender pela literatura, ao mestiço ressentido com as humilhações dos poderosos, etc. *Nous en avons sou-pé*. Mas talvez esse filão não deva ser abandonado de todo. Depois de reabilitarmos a psicologia “em” Machado, talvez seja o momento de reabilitar o exame da psicologia “de” Machado. Ela faz falta, por exemplo, para completar certas análises do livro de Schwarz. Certas afirmações em si perfeitamente justas soam dogmáticas, na ausência de uma conveniente fundamentação biográfica. Por exemplo, a diferença entre a primeira e a segunda fase, para Schwarz, está em que na primeira Machado assume a perspectiva do agregado e na segunda o da classe dominante. Nada mais plausível. Mas por que não completar a análise com informações biográficas, que mostram, justamente, que na fase de *A mão e a luva*, *Helena*, *Iaiá Garcia* e *Casa Grande*, cujo tema é o da ambição e o do conflito entre o indivíduo que quer se elevar e a sociedade patriarcal onde a elevação não se dá pelo critério do mérito, Machado estava às voltas com problemas semelhantes? Como ignorar que na segunda fase o escritor já havia completado sua ascensão social? São correlações simplórias, mas nem por isso menos válidas. Ou tomemos o problema complicado da continuidade e da descontinuidade entre *Memórias póstumas* e os livros anteriores de Machado. Os dois aspectos foram assinalados ainda em vida do autor: a crise dos quarenta anos, a doença da vista, o encontro com a morte dão conta da ruptura; o amadurecimento pessoal e o esforço constante dão conta do progresso ininterrupto. Ora, para Schwarz essas explicações se dão no “âmbito ilusório da biografia”, e é preciso retomar a questão no “terreno objetivo”, que bem entendido exclui “o percurso de um indivíduo, em particular sua evolução psicológica ou doutrinária”⁽²²⁾. Por que estamos num âmbito “ilusório” quando lidamos com a biografia e por que é “objetivo” um procedimento que exclui o indivíduo e sua psicologia? Não vejo por que a passagem da primeira para a segunda fase não possa ter sido sobredeterminada por uma variedade de fatores, entre os quais a doença e o encontro com a morte. Esses fatores individuais, inclusive, são os únicos que oferecem alguma explicação, por discutível que seja, para o “corte” de 1880; o enfoque sociológico se limita a dizer que a ruptura ocorreu e a afirmar que ela resultou de uma mudança de ponto de vista, segundo a qual o autor passou a identificar-se com os proprietários e não com os dependentes. A explicação psicológica não somente não está em contradição com a sociológica como fornece os elementos materiais que faltavam para que esta última se tornasse mais verossímil.

A legitimidade dessas chaves alternativas, de caráter psicológico e não sociológico, pode ser ilustrada precisamente com a categoria fundamental de Schwarz: o capricho. Ele pode ser visto como algo de inerente à natureza humana (primeira perspectiva) ou como um reflexo da personalidade de Machado (segunda perspectiva).

Barreto Filho contrapõe à sociologia do capricho, feita por Schwarz, algo como uma antropologia do capricho, uma propriedade inerente à psicologia humana enquanto tal. Ele inventou, para isso, uma lei batizada de lei da restituição ou compensação em série. “Os seres estão de tal modo encadeados no universo que uns utilizam segundo as suas necessidades ou seu capricho aqueles que estão colocados no elo imediatamente inferior, enquanto que estes últimos, sem que possam alcançar ou compreender sequer os móveis da ação que padecem, exercem a mesma pressão arbitrária sobre os outros, ainda menos classificados, que se acham sob seu domínio.”⁽²³⁾ O capricho passa a ser uma

21 Lucia Miguel-Pereira, “Machado de Assis”, in *Prosa de ficção – de 1870 a 1920*, vol. XII da *História da literatura brasileira*, sob direção de Alvaro Lins, Rio de Janeiro, José Olympio, 1957, pp. 71, 73 e 75.

22 Roberto Schwarz, *Um mestre...*, op. cit., p. 208.

23 Barreto Filho, *Introdução a Machado de Assis*, Rio de Janeiro, Agir, 1947, p. 140.

característica humana, e não um padrão de comportamento de classe, como para Schwarz. Curiosamente, Barreto Filho ilustra sua “lei” exatamente com o episódio do esmagamento da borboleta preta, que Schwarz estudara para ilustrar o capricho como fenômeno sociológico. Não é um oligarca que mata o inseto, é o “homem”, ser caprichoso que por sua vez é vítima de caprichos alheios. “Apoderando-se do animal que vem pousar descuidado no quarto, o *homem* (itálico meu) o trata de acordo com o mesmo capricho arbitrário e superior com que ele próprio é manejado pelas forças que o excedem e que ele não conhece.”⁽²⁴⁾

Augusto Meyer parte da personalidade de Machado, não do homem em geral. É a personalidade do homem subterrâneo, de Dostoiévski, enclausurado em si mesmo, observando, imóvel, o espetáculo do mundo. “Havia em Machado de Assis esse amor vicioso que caracteriza o monstro cerebral, a volúpia da análise pela análise, mas havia também – e nisso vejo seu drama – a consciência da miséria moral a que estava condenado por isso mesmo, a esterilidade quase desumana com que o puro analista paga o privilégio de tudo criticar e tudo destruir.”⁽²⁵⁾ Esse observador “imóvel” se realiza literariamente pela ilusão do “movimento”: as piruetas e malabarismos de *Memórias póstumas*. São borboleteios compensatórios, “disfarces que mal conseguem dissimular uma profunda gravidade – deveria dizer – uma terrível estabilidade. Toda a sua trepidação acaba marcando passo”⁽²⁶⁾. Mas de outro ângulo, o movimento é mais que puramente compensação da imobilidade, é expressão da mobilidade que esse observador imóvel via em si mesmo. Pois “esse homem era uma colônia de almas contraditórias, como toda personalidade complexa: o niilista feroz foi um funcionário exemplar, o cético fundou a Academia de Letras, o cínico deliciava-se mentalmente na companhia da pérfida Capitula, porém amou a meiga Carolina e o humorista (...) era a consciência de todos esses contrastes (...) O humorista sente com viva ironia os caprichos volúveis do eu que se forma e se deforma, afirma e tropeça logo num desmentido cômico, mito em andamento, cancha de contradições, arlequinada moral (...)”⁽²⁷⁾. É porque Machado soube observar como ninguém esse rodízio de máscaras que havia em si mesmo que “fez do seu capricho uma regra de composição”⁽²⁸⁾. É essa mobilidade que Schwarz nota em Brás Cubas, desde as primeiras páginas de *Memórias póstumas*. “A cada proposição (...) a fisionomia de Brás é outra. O tipo que na primeira linha hesita quanto à melhor maneira de compor memórias não é o mesmo que em seguida promete, como se nada fosse, esclarecimentos sobre a própria morte. Este por sua vez não é o mesmo que providencia para se distanciar do vulgo, que não é o mesmo que se compraz no paradoxo do defunto autor, que não é o mesmo da preocupação com o galante e o novo, e portanto com a moda, que não é o mesmo da piada sobre o Pentateuco. O revezamento das poses é sem transição, um exercício de volubilidade.”⁽²⁹⁾ Esse “revezamento das poses”, esse “exercício de volubilidade”, correspondem ao que Meyer chamava “os caprichos volúveis do eu que se forma e deforma”. A diferença é que para Meyer a volubilidade de Brás é a expressão das “almas contraditórias” que Machado sentia em si mesmo, e para Schwarz é a destilação literária das “almas contraditórias” que Machado havia observado na classe dominante brasileira. Confissão nos dois casos, autodesnudamento, confissão da classe dominante brasileira “através” de Machado (chave sociológica), confissão do próprio Machado (chave psicológica). Na interpretação de Schwarz, Machado não tem psicologia: ele se limita a observar com absoluta frieza o comportamento das nossas elites e com extraordinário rigor construtivo (o oposto da volubilidade) capta através de um narrador volúvel a volubilidade da nossa oligarquia. Na interpretação de Meyer, não há lugar para a sociologia. De novo, sentimos que as duas perspectivas são complementares, mais que excludentes. O que nos impede de compreender as ambivalências de Brás (o charlatão e o filantropo) como a expressão, “também”, das ambivalências de Machado (o niilista e o acadêmico)? Correlativamente, o que nos obriga a ver na volubilidade de Brás “apenas” a expressão da volubilidade da classe dominante? De resto, o próprio dispositivo pelo qual Schwarz explica o “corte” – Machado assumindo o ponto de vista da classe adversária – é rico de implicações psicológicas, e só pode ser compreendido com categorias como “identificação com o agressor”, e outras semelhantes.

Machado de Assis é um escritor suficientemente importante para merecer um esforço como o que Sartre dedicou a Flaubert, no *Idiot de la Famille*, uma crítica bi-focal, simultaneamente psicológica e sociológica, particularizante e universalizante. Seus personagens também existem nos dois registros. Brás tem paixões genéricas operando em contextos sociais particulares, seu sadismo com moças coxas e borboletas pretas é mani-

24 Idem, *ibidem*.

25 Augusto Meyer, *Machado de Assis*, Rio de Janeiro, Simões, 1952, pp. 17-8.

26 Idem, *ibidem*, p. 13.

27 Idem, *ibidem*, pp. 93-4.

28 Idem, *ibidem*, p. 13.

29 Roberto Schwarz, *Um mestre...*, op. cit., pp. 21-2.

festação de uma pulsão agressiva universal atuando num contexto escravista-clientelístico que lhe dá o travo de especificidade histórica. Além de se completarem, as duas perspectivas funcionariam como instrumentos de desmistificação recíproca. Achas que o episódio do moleque Prudêncio se vingando em um escravo das pancadas recebidas é um traço universal da natureza humana? Engano, amigo leitor. Estás generalizando para o homem em geral um comportamento condicionado por estruturas particularíssimas de opressão. Lê Marx, e não sejas reacionário. Afirma que humilhando Eugênia, Brás está se comportando unicamente como representante de sua classe? Tolice, leitor ignaro. Estás esquecendo dados universais da psicologia humana, como a ambivalência amor-ódio e a existência da pulsão da morte. Lê Freud, e não sejas reducionista.

Repito, antes de abandonar este tema, o que disse no início: como Roberto Schwarz jamais excluiu a validade da interpretação psicológica (ele fez, inclusive, várias alusões a Freud e a conceitos freudianos), nada do que foi dito vale como crítica a seu livro. Ele simplesmente escolheu o ângulo sociológico, deixando a outros explorarem ângulos alternativos, e é seu direito.

Um último problema tem a ver com a tese da correspondência entre a fórmula literária da volubidade e a sociedade brasileira. Como explicar essa correspondência, se a mesma fórmula foi usada pelo inglês Sterne, pelo francês Diderot, pelo alemão Jean-Paul, pelo saboiano Xavier de Maistre, pelo português Almeida Garrett?

A explicação de Schwarz é convincente. É certo, diz ele, que Machado não inventou essa forma, mas soube utilizá-la “com discernimento propriamente genial, a que se prende a complexidade dos romances da segunda fase. Uma intuição decisiva lhe disse que o humorismo autocomplacente de Sterne se podia adaptar ao universo da classe dominante brasileira, que ficava transposto de maneira elegante, impiedosa, rica em referências cardeais”⁽³⁰⁾. Sem dúvida: se a intenção de Machado foi efetivamente a de descrever uma classe dominante caracterizada pelo capricho e pela veleidade, nada mais apropriado que o uso de uma “forma” que guardasse com esse “conteúdo” uma relação de homologia: a forma volúvel, que ele transpôs da Europa para o Brasil.

Mas para aumentar a plausibilidade de sua tese, Schwarz julga-se obrigado a postular uma diferença de fundo entre a significação social do capricho na Europa e a que ele teve entre nós. Na Inglaterra, o *whim* estava ligado à eclosão da cultura democrática naquele país, e no Brasil exprimia a posição excêntrica de nossa elite, “vinculada ao padrão burguês moderno, mas em divergência escandalosa com ele no plano das relações sociológicas”⁽³¹⁾. Na Europa das Luzes, a valorização literária do capricho estava ligada à luta pela autonomia do sujeito, ao passo que no Brasil permitiu “o *close up* de uma liberdade nada esclarecida, mas cotidiana e crucial no país, aquela em que um indivíduo, sobretudo na classe alta, arbitrariamente decide se vai considerar o próximo em termos de igualdade civil ou segundo a gama de relações legadas pela Colônia, ou ainda uma coisa sob as aparências da outra”⁽³²⁾.

Mesmo se admitirmos essa diferença de fundo, ela precisaria ser comprovada, e não apenas postulada, e comprovada não por uma citação de Ian Watts ou de Georg Lukács mas por uma análise imanente das obras. Se é verdade que o capricho europeu traduzia um impulso de liberdade e o brasileiro uma atitude de despotismo de classe, essa diferença deveria de algum modo aparecer nos textos. Assim, a forma volúvel em Machado deveria ser cínica, perversa, autoritária, ao passo que em seus modelos seria generosa e livre; ali auroral, aqui tenebrosa; ali o *jest*, aqui a chalça; ali a bonomia, aqui a arrogância, etc. Mas se essa diferença aparece ocasionalmente no enredo e no caráter dos personagens, ela não é de modo algum evidente no plano que nos interessa agora, o da forma.

A análise interna dos textos, com efeito, não fornece grande apoio para a tese de que

Achas que o episódio do moleque Prudêncio se vingando de um escravo das pancadas recebidas é um traço universal da natureza humana? Engano, amigo leitor. Estás generalizando para o homem um comportamento condicionado por estruturas particularíssimas de opressão. Lê Marx e não sejas reacionário

30 Idem, *ibidem*, p. 200.

31 Idem, *ibidem*, p. 201.

32 Idem, *ibidem*.

na Europa o capricho estava ligado à constituição de uma subjetividade autônoma, ao contrário do Brasil. Em outro contexto, Schwarz dissera do capricho em geral: “A vitória do capricho é a derrota da subjetividade em sua acepção burguesa exigente”⁽³³⁾. Certíssimo, mas o diagnóstico não se aplica apenas ao capricho machadiano.

O narrador volúvel de *Tristram Shandy*, de *Jacques le Fataliste*, de *Viagem em volta do meu quarto* e *Viagens na minha terra*, está tão longe da verdadeira subjetividade quanto o de *Memórias póstumas*. Em todos os casos, há um rodízio de posições, uma inconseqüência sistemática nos atos e opiniões, inteiramente incompatíveis com as exigências de um Eu estável. Não há nenhum indício de que nos autores europeus a volubilidade seja menos autoritária que em Machado. Também neles a forma volúvel é assinalada pela presença constante do narrador, por sua intervenção ininterrupta na narrativa, por sua onisciência escarvinha, por sua onipotência sobre coisas, sobre pessoas, sobre o tempo, sobre o espaço, sobre as leis da lógica e as convenções da narrativa, e sobretudo pela tirania exercida sobre o leitor, com o qual o narrador realiza diálogos simulados cuja única função é acentuar o caráter caprichoso da relação.

Para ilustrar essa semelhança de família entre os vários narradores volúveis, terei que me limitar, por considerações de tempo, apenas aos três expressamente mencionados por Machado de Assis: Sterne, Xavier de Maistre e Almeida Garrett.

Em *Tristram Shandy*, o narrador disserta sobre tudo, desde a maneira correta de gerar um ser humano (é preciso grande concentração dos genitores no momento estratégico, para evitar a dispersão dos espíritos animais), até a psicologia de Locke, sem desprezar reflexões sobre casas de botão. Nisso ele é tão cheio de opiniões como o pai, que tem idéias sobre a influência dos prenomes no destino dos indivíduos (o filho deveria chamar-se Trismegistus), sobre a importância dos narizes, sobre a educação (ele decidiu escrever uma *Tristrapaedia* para a formação do seu filho) e sobre a medicina (importância relativa da umidade radical e da secura radical). Todo o saber universal desfila no livro, numa erudição extravagante em que o narrador volúvel vai de Cícero e Quintiliano a Rabelais, Montaigne, Cervantes, Montesquieu e Voltaire, passando por tratados de pediatria, jurisprudência, retórica e arte militar. Ele dispõe sobre o tempo – o livro termina antes do nascimento do herói –, sobre as convenções narrativas – “*I should beg Mr. Horace’s pardon, for in writing I shall confine myself neither to his rules nor to any man’s rules that ever lived*”⁽³⁴⁾ – e sobretudo sobre o leitor, a principal vítima do capricho de Tristram. Ele brinca de gato e rato com o leitor, seduzindo-o, humilhando-o, insultando-o, fingindo que dialoga com ele, mas interrompendo a conversa quando lhe convém, dando-lhe a ilusão de independência só para afirmar mais sadicamente a sua submissão no momento seguinte. O tom pode ser deferente: “*therefore, my dear friend and companion*” (...) ⁽³⁵⁾ mas logo Tristram estarrece o leitor com a frase: “*you are a great dunce and a blockhead*”⁽³⁶⁾. Às vezes, o narrador dá aos infelizes a ilusão de serem livres: “*I can give you no better advice than that they skip over the remaining of the chapter*”⁽³⁷⁾. Mas que leitor seria suficientemente incauto para usar essa liberdade, se logo em seguida ele pode ser ralhado por seu terrível atormentador? “*How could you, Madam, be so inattentive in reading the last chapter?*”⁽³⁸⁾ O narrador não nos deixa ilusões: ele nos tem inteiramente em seu poder, e se nos poupa é ainda uma manifestação de capricho. “*This enough to have thee in my power – but to make use of the advantage which the fortune of pen has now gained over thee, would be too much.*”⁽³⁹⁾

Também em Xavier de Maistre o narrador é visível do princípio ao fim. Ele intervém a todo instante e opina sobre tudo, mudando de personalidade a cada passo. Ele é o militar que se bate em duelo e que condena, gravemente, o duelo. É o petimetre frívolo que observa a *toilette* de sua amante. Mas sabe encontrar o tom profundo do *Eclesiastes* a propósito de uma cama. “*Un lit nous voit naître et nous voit mourir; c’est le théâtre véritable où le genre humain oue tour à tour des frames intéressants, des farces risibles et des tragédies épouvantables.*”⁽⁴⁰⁾ Mas logo entra em cena o crítico de arte. Ele discute os méritos da música e da pintura e toma partido por esta. Há também o erudito, que tem um busto de Homero em seu quarto. Mas seu respeito pela antiguidade clássica se manifesta sobretudo por um sonho em que Aspásia se queixa da decadência da moda feminina desde o período em que ela reinava na vida elegante de Atenas. E não pensem que ele é inferior a Pascal, com sua teoria sobre o anjo e o animal. Também ele pode ter sua teoria sobre a natureza humana: por exemplo, uma teoria, igualmente dualista, em que o homem é dividido em duas partes, a *âme* e a *bête*. Não, o narrador volúvel não pode se fixar em nada, não pode recusar nada: “*Mon âme est tellement ouverte à toutes sortes d’idées, de goûts, de sentiments. elle reçoit si avidement tout ce qui se présente!*”⁽⁴¹⁾ Não há limites à jurisdição dessa volubilidade. Pela imaginação, o narrador se

33 Idem, ibidem, p. 52.

34 Laurence Sterne, *The life and opinions of Tristram Shandy*, New York, The Modern Library, s. d., p. 17.

35 Idem, ibidem, p. 10.

36 Idem, ibidem, p. 26.

37 Idem, ibidem, p. 7.

38 Idem, ibidem, p. 58.

39 Idem, ibidem, p. 503.

40 Xavier de Maistre, *Voyage autour de ma chambre*, Paris, Flammarion, s. d., p. 11.

41 Idem, ibidem, p. 8.

move num espaço infinito e no tempo da eternidade. “*Depuis le fin fond des enfers jusqu’à la dernière étoile fixe au delà de la voie lactée, jusqu’aux confins de l’univers, jusqu’aux portes du chaos, voilà le vaste champ où je me promène à loisir, car le temps ne me manque pas plus que l’espace... Tout cela est à moi.*”⁽⁴²⁾ O diálogo com o leitor é mais amável que o travado por Tristram, mas é igualmente impertinente. Ele o chama de “*lecteur raisonnable*”, “*bon lecteur*”, levando as boas maneiras ao ponto de convidá-lo para almoçar: “*Bon lecteur, déjeunez avec moi*”⁽⁴³⁾. Mas no fundo o conde de velha linhagem diz coisas tão desabridas como Sterne, embora com o tom arrogantemente polido dos salões do *ancien régime*. O narrador suspeita o leitor de ser insensível e diz que “*le ciel lui a sans doute donné un coeur de marbre*”⁽⁴⁴⁾. Quem não gostar de um capítulo que o rasgue ou o jogue no fogo. Basta que sua querida Jenny, a melhor e mais pura das mulheres, aprove o capítulo, e ele estará justificado. Diferenças de urbanidade à parte, a soberania narrativa de Xavier de Maistre não está em questão. Sua viagem é um capricho de grão-senhor. O leitor é convidado a acreditar na realidade da viagem que o narrador faz em seu quarto e é obrigado, quer queira quer não, a delirar junto com o viajante. Este segue o itinerário que bem entende e o faz segundo ritmos sobre os quais não consulta ninguém. Ele é senhor da ação, pode fazer um mundo brotar de uma flor ou colocá-la na gaveta, como pode escrever ou deixar de escrever um capítulo: *il ne tiendrait qu’à lui*, fórmula que resume a onipotência do capricho. “*Il ne tiendrait qu’à moi de faire un chapitre sur cette rose sèche que voilà, si le sujet en valait la peine*”⁽⁴⁵⁾.

Esquema idêntico em Almeida Garrett. Como todo narrador volúvel, ele tem opiniões sobre tudo e se move com absoluta sem-cerimônia de um para outro tema. Ele acha que no mundo de hoje Sancho triunfou sobre D. Quixote⁽⁴⁶⁾. Não acredita no progresso, porque resultou no empobrecimento de milhões⁽⁴⁷⁾. Pondera os méritos comparativos da modéstia e da inocência, na hierarquia das qualidades morais, e depois de ter citado a opinião de Dêmades (naturalmente em grego) de que a primeira é mais importante que a segunda, e a opinião oposta de Addison, toma partido, finalmente, pela modéstia⁽⁴⁸⁾. Lamenta que os ingleses estejam agora importando vinhos franceses, em vez do porto tradicional, e diz que se Bacon e Shakespeare tivessem tomado esses vinhos teriam feito apenas “*acídulos versinhos*” e “*destemperados raciocininhos*”⁽⁴⁹⁾. Concorde com Pascal e Xavier de Maistre quanto à dualidade da natureza humana, e afirma que há em cada homem um Adão natural e um Adão social⁽⁵⁰⁾. E que achas, Garrett, da ciência? “*A ciência deste século é uma grandíssima tola.*”⁽⁵¹⁾ E os clássicos? Sim, desde que sejam lidos na terra deles, Tito Lívio em Roma e D. Fernando em Santarém⁽⁵²⁾. Arquitetura? Só a gótica, embora o estilo filipino tenha uma certa grandeza⁽⁵³⁾. E a gramática? Gosto de certos galicismos, por exemplo, *galimatias*⁽⁵⁴⁾. Frades... Não, Garrett não gosta de frades, mas gosta menos ainda dos seus sucessores, os barões e agiotas que enriqueceram com a venda dos bens das ordens religiosas⁽⁵⁵⁾. Enfim, dos temas mais graves aos mais frívolos, não há nada que escape ao delírio opinativo desse exemplar narrador volúvel, que borboleteia entre o céu e a terra para pousar em tudo e reivindicar o mundo inteiro para a soberania do seu capricho. *Viagens na minha terra*, como *Tristram Shandy* e *Viagem em roda do meu quarto*, é um longo diálogo com o leitor. Frequentemente o tom é polido, e Garrett muitas vezes quer seduzir o leitor, transformando-o em confidente. “*Já agora rasgo o véu e declaro abertamente ao benévolo leitor a profunda idéia que está oculta debaixo dessa ligeira aparência.*”⁽⁵⁶⁾ Como Xavier de Maistre, ele convida o leitor a almoçarem juntos. “*Por ora almoçemos, que é tarde.*”⁽⁵⁷⁾ Mas o peninsular reaparece sob a máscara de amabilidade. “*Não seja pateta, senhor leitor, nem cuide que nós o somos.*”⁽⁵⁸⁾ Num certo momento, Garrett destrata coletivamente os seus leitores, chamando-os de “*Excelentíssimas hipocrisias*”⁽⁵⁹⁾. Se o leitor quiser se defender dizendo que está escutando o autor, ouvirá em resposta: “*Não basta que me escute; é preciso que tenha a bondade de se recordar do que ouviu no capítulo 25*”⁽⁶⁰⁾. Que há de fazer um pobre narrador volúvel com leitores assim, que além de distraídos são obtusos? “*Espero que o leitor entendesse agora. Tomarei cuidado de lho lembrar de vez em quando, porque receio muito que se esqueça.*”⁽⁶¹⁾ Como seus predecessores, Garrett se diverte conosco dando-nos às vezes a impressão de sermos livres. “*Se o leitor não gostar de um capítulo, que o pule ou vire a página.*”⁽⁶²⁾ Caprichos de tirano. Garrett não deixa nenhuma dúvida sobre quem comanda o espetáculo. Ele dá a palavra ao leitor ou a cassia, elogia-o ou arrasa-o. Como artista, não aceita tampouco nenhuma restrição ao seu arbítrio. Sterne dissera que não estava disposto a respeitar a poética de Horácio. Garrett não fica atrás. “*Eu nem em princípios nem em fins tenho escola a que esteja sujeito.*”⁽⁶³⁾

42 Idem, ibidem, pp. 73-4.

43 Idem, ibidem, p. 84.

44 Idem, ibidem, p. 35.

45 Idem, ibidem, p. 67. A fórmula *il ne tiendrait qu’à moi* é um leitmotiv recorrente de *Jacques le Fataliste*, livro “volúvel” por excelência, parcialmente imitado de *Tristram Shandy*. Machado de Assis conhecia evidentemente Diderot, que ele cita (nem sempre com grande rigor) em algumas crônicas e de quem extraiu a epígrafe para *Várias histórias*. Mas não posso afirmar que ele tivesse lido *Jacques*, justamente a obra mais representativa de Diderot como narrador volúvel. Na biblioteca pessoal de Machado, na Academia, há uma coletânea das obras do enciclopedista (n.ºs 521 e 522 do catálogo de Massa), na qual figura um trecho de *Jacques*, mas esse trecho, o episódio de Mme. de la Pommeraye, é no fundo um conto, relativamente auto-suficiente, que não dá idéia do processo de composição do livro como um todo.

46 Almeida Garrett, *Viagens na minha terra*, Lisboa, Livraria Sá Costa, 1974, p. 16.

47 Idem, ibidem, pp. 24-5.

48 Idem, ibidem, pp. 29-30.

49 Idem, ibidem, p. 59.

50 Idem, ibidem, p. 167.

51 Idem, ibidem, p. 25.

52 Idem, ibidem, pp. 181 e seg.

53 Idem, ibidem, p. 192.

54 Idem, ibidem, p. 262.

55 Idem, ibidem, pp. 94 e seg.

56 Idem, ibidem, p. 15.

57 Idem, ibidem, p. 265.

58 Idem, ibidem, p. 36.

59 Idem, ibidem, p. 263.

60 Idem, ibidem, p. 217.

61 Idem, ibidem, p. 17.

62 Idem, ibidem, p. 34.

63 Idem, ibidem, p. 217.

Como se vê, as semelhanças vão além da superfície. Não estou me referindo a exterioridades como a substituição de palavras por asteriscos, o uso de linhas pontilhadas, ou o emprego de símbolos não-verbais. São simples cacochas, que não provam nada quanto a afinidades reais. Mas quando encontramos nos outros autores volúveis o que parecia mais inalienavelmente machadiano – a provocação, o deboche mais estridente, a ditadura do capricho, o desrespeito com o leitor, a constante ostentação de superioridade, a violação da norma, a autodesqualificação do narrador pela dispersividade com que passa de um tema para outro e com isso a desqualificação dos próprios temas e da própria cultura que o narrador ostenta – quando encontramos tudo isso, somos obrigados a parar para pensar.

Uma das perguntas que ocorrem mina a própria validade da tese de Schwarz: dadas semelhanças tão centrais, é possível mesmo vincular a forma da volubilidade a uma situação singular brasileira? Dito de outro modo, o que parecia tão único, ligado a uma especificidade nacional tão intransferível, não seria, afinal, um simples efeito de forma, uma atitude narrativa, uma maneira de relacionar-se com o material e com o leitor, que o novelista não é livre de não adotar, uma vez escolhida a forma volúvel? Formulando ainda uma vez a pergunta: escolhendo o modelo da volubilidade não teria Machado feito apenas uma opção estética, motivada por afinidades puramente literárias, sem as segundas intenções sociológicas que Schwarz lhe atribuiu?

Não seguirei essa linha, porque na essência concordo com Schwarz em que sem prejuízo de outras dimensões a volubilidade literária guarda uma relação de correspondência com o mecanismo social do deslocamento. O que ponho em questão⁽⁶⁴⁾ é a tese de uma diferença de fundo entre a volubilidade brasileira e a europeia, a qual nem se sustenta pela análise dos textos nem precisa ser postulada pela hipótese sociológica. É claro que os dois sistemas sociais são totalmente distintos, mas a volubilidade literária não é a mimese de uma sociedade, e sim a mimese de um dispositivo estrutural, de uma forma histórica, a forma do deslocamento. E esta pode ser comum a sociedades que em tudo mais sejam diferentes. Ora, vimos que de modo geral o século XVIII europeu, marcado pela transição entre o feudalismo e o capitalismo, registrou em elevado grau o fenômeno do deslocamento. A transição provocou uma certa disjunção entre idéias e relações sociais e/ou comportamentos padronizados. As idéias novas eram valorizadas, mas também satirizadas, porque desmentidas pela realidade social, e esta era ao mesmo tempo criticada, porque suas estruturas particularistas não mais se sustentavam à luz das idéias universalistas da Ilustração, e aceitas, porque seus autores se beneficiavam direta ou indiretamente das relações sociais do *ancien régime*. São exatamente as características do deslocamento brasileiro, segundo a análise de Schwarz. Não podemos supor que também na Europa essas características tenham encontrado sua expressão literária nos escritores volúveis, todos nascidos no século XVIII?

Mas sei que nesse campo as situações nacionais são tão peculiares e cada autor é tão individual que as generalizações se tornam problemáticas. Quaisquer que sejam as razões da semelhança profunda entre as duas volubilidades, a nossa e a europeia, a verdade é que ela existe, e Machado deu-se perfeitamente conta disso. Seu “discernimento propriamente genial” consistiu, sim, em perceber que essa fórmula europeia era aplicável ao Brasil e em ter sabido fazer essa transposição com absoluta mestria. Com essa forma ele recriou um país. Mas a forma em si foi importada sem qualquer alteração de monta. Na essência, ele usou uma forma já pronta, à qual devem ser atribuídos muitos dos efeitos que mais impressionam no autor brasileiro. A forma foi aplicada numa sociedade em que as relações de subordinação mais características não eram as que se davam entre patrão e servidor, como em *Tristram Shandy* (tio Toby e Trim), em *Jacques le Fataliste* (amo e Jacques) e em *Voyage autour de ma chambre* (narrador e o criado Joannetti) e sim as que se davam com escravos, como Prudêncio, ou agregados, como D. Plácida. Mas se ela se revelou tão adaptável ao novo contexto, é possível que isso se deva à circunstância de que dos dois lados do Atlântico ela tenha sido utilizada para captar relações sociais moldadas pela forma histórica do deslocamento.

Concluindo um importante ensaio sobre Machado⁽⁶⁵⁾, Antonio Candido aconselhou seus leitores a que se esquecessem do que ele dissera, abrindo diretamente os livros de Machado de Assis. Os leitores não seguiram esse conselho e fizeram bem. Quanto a Roberto Schwarz, é impossível esquecer o que ele disse sobre Machado, mesmo que se discorde dele. Não há amnésia que resista à linguagem tão incisiva e à argumentação tão cerrada. Crítico já há muito consagrado, Schwarz comprova com esse livro não ser um mestre na periferia do capitalismo: é um mestre, e ponto final.

64 É possível que mude de opinião depois de ter lido ensaio de José Paulo Paes (*Armadilha de Narciso*), no qual o autor estuda a redefinição da forma de *Tristram Shandy* no Brasil, no último quartel do século passado. Infelizmente não pude obter esse texto, cit. por Schwarz (*Um mestre...*), p. 201.

65 Antonio Candido, “Esquema de Machado de Assis”, in *Vários escritos*, São Paulo, Duas Cidades, 1970, p. 32.